

# Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

## A Quinta da Canalhocracia

Publicado em 2026-07-13 12:43:38



CRÓNICA DE INTERVENÇÃO · PODER, TRANSPARÊNCIA E LIBERDADE DE IMPRENSA

### A Quinta da Canalhocracia

*Quando o poder deixa de responder, transforma o escrutínio numa afronta e começa a tratar a República como propriedade privada.*

Por Francisco Gonçalves · Fragmentos do Caos · Julho de 2026

# Blogue Fragmentos do Caos



*A verdade nasce onde o pensamento é livre.*

pessoalmente o empreiteiro ou ordenado actos contra uma jornalista. Exige-se, isso sim, transparência documental e investigação independente.

Há países governados por instituições. Outros são administrados por relações pessoais, favores discretos, amizades providenciais e silêncios distribuídos com a precisão de um orçamento de Estado.

Portugal parece ter criado uma terceira modalidade política: a **canalhicracia**.

Na canalhicracia, o poder não pertence formalmente aos canalhas. Isso seria demasiado grosseiro e, sobretudo, demasiado fácil de identificar. Pertence antes aos que aprenderam a comportar-se como se nada lhes pudesse acontecer.

Aos que confundem autoridade com propriedade, responsabilidade pública com soberania privada e escrutínio jornalístico com uma invasão da quinta.

## | O caso que exige respostas

O actual ministro da Administração Interna, Luís Neves, dirigiu anteriormente a Polícia Judiciária. O próprio Governo confirma esse percurso institucional na sua nota biográfica oficial. [\[1\]](#)

# Blogue Fragmentos do Caos



*A verdade nasce onde o pensamento é livre.*

aproximadamente 1,9 milhões de euros em contratos públicos, valor posteriormente confirmado pelo próprio ministro.<sup>[2]</sup>

A mesma empresa foi depois contratada para realizar trabalhos numa propriedade particular do governante, no concelho de Odemira.

Luís Neves rejeitou qualquer favorecimento. Declarou que a maioria dos contratos da empresa com a Polícia Judiciária antecedeu a relação pessoal com o empreiteiro, que os procedimentos públicos foram transparentes e que a empresa ganhou e perdeu concursos.<sup>[2]</sup>

Explicou também que as obras privadas assentaram numa relação de confiança, sem contrato escrito, e estimou um custo total situado entre cerca de vinte e trinta mil euros. Segundo as declarações divulgadas, terão sido pagos valores relativos a materiais e despesas iniciais, ficando o acerto da mão-de-obra para o final da empreitada.<sup>[3] [4]</sup>

Pode estar tudo legal.

Pode estar tudo devidamente facturado.

Pode não ter existido qualquer favorecimento.

Mas é precisamente por isso que um ministro deveria responder com serenidade, transparência e documentos. Quem

# Blogue Fragmentos do Caos



*A verdade nasce onde o pensamento é livre.*

## O que está em causa:

- A relação entre um antigo dirigente máximo da Polícia Judiciária e uma empresa contratada por essa instituição.
- A posterior contratação da mesma empresa para obras de carácter privado.
- A ausência de um contrato escrito para a empreitada particular.
- A necessidade de distinguir facturas emitidas, pagamentos realizados e comprovativos efectivos de quitação.
- O relato de uma jornalista segundo o qual terá sido alvo de ameaças e perseguição durante a investigação, matéria que necessita de apuramento independente.

## Quando a jornalista passa a ser o problema

A investigação jornalística foi conduzida por Felícia Cabrita e Bruno Horta. Em declarações públicas relacionadas com esse trabalho, Felícia Cabrita relatou ter sido ameaçada com processos e perseguida durante a recolha de informação. A investigação divulgada pelo canal NOW descreve as dúvidas suscitadas pelas obras privadas, pelos contratos públicos e pela insuficiência das respostas inicialmente prestadas.<sup>[5]</sup>

# Blogue Fragmentos do Caos



*A verdade nasce onde o pensamento é livre.*

Mas também não pode ser reduzido a um episódio familiar, a uma irritação privada ou a uma exaltação de ocasião.

*Quando uma jornalista que investiga relações entre contratos públicos e interesses privados denuncia ter sido ameaçada ou perseguida, a questão deixa de pertencer à esfera doméstica. Torna-se um problema institucional.*

O homem colocado no centro do escrutínio não é apenas um proprietário incomodado por perguntas. É o ministro da Administração Interna, responsável político por forças e serviços cuja missão inclui a protecção dos cidadãos e a preservação da segurança pública.

Essa circunstância não demonstra culpa. Aumenta, porém, a obrigação de transparência, prudência e afastamento relativamente a qualquer averiguação.

## **A liberdade de imprensa não é uma concessão do poder**

O artigo 38.º da Constituição da República Portuguesa garante a liberdade de imprensa e protege a liberdade de expressão e

# Blogue Fragmentos do Caos



*A verdade nasce onde o pensamento é livre.*

abrange o direito de informar, de se informar e de ser informado, sem impedimentos nem discriminações. [\[7\]](#)

O Estatuto do Jornalista determina que a liberdade de expressão e criação dos jornalistas não pode ser submetida a censura, impedimentos ou discriminações. [\[8\]](#)

A liberdade de imprensa não é a liberdade de reproduzir comunicados ministeriais acompanhados por fotografias sorridentes.

Não é o direito de entrevistar o poder apenas quando o poder aprova previamente as perguntas.

Não é uma licença provisória para investigar tudo, excepto os contratos, as relações, o património e as coincidências daqueles que governam.

A liberdade de imprensa começa verdadeiramente quando o jornalista atravessa a fronteira do incómodo. É aí que se distingue uma democracia de um condomínio privado administrado por caciques.

## | O dever especial de quem governa

O Conselho da Europa recomenda que governantes e figuras públicas condenem pública e inequivocamente todas as ameaças e

# Blogue Fragmentos do Caos



*A verdade nasce onde o pensamento é livre.*

integridade dos jornalistas ou de exercer pressão para que abandonem os seus deveres profissionais.

A preocupação não é abstracta. O Índice Mundial da Liberdade de Imprensa de 2026, publicado pelos Repórteres Sem Fronteiras, assinala uma deterioração global, alimentada não apenas pela violência física, mas também pela hostilidade política, pelas pressões económicas e pela utilização das leis como armas contra o jornalismo. [\[10\]](#)

Num caso desta natureza, a resposta institucional deveria ser elementar:

1. Condenar claramente qualquer ameaça, perseguição ou tentativa de intimidação dirigida a jornalistas.
2. Garantir que o ministro não exerce qualquer influência sobre procedimentos relacionados com a denúncia.
3. Apresentar os orçamentos, contratos, facturas, recibos e comprovativos bancários relativos às obras privadas.
4. Esclarecer a cronologia exacta da relação pessoal e profissional com o empreiteiro.
5. Permitir uma averiguação independente aos procedimentos de contratação pública relevantes.

Não para satisfazer o apetite das redes sociais. Não para alimentar o espectáculo partidário. Mas para proteger a credibilidade das instituições.



## Blogue Fragmentos do Caos

*A verdade nasce onde o pensamento é livre.*

Na canalhocracia, porém, os documentos são sempre menos abundantes do que as explicações.

Primeiro surge uma versão.

Depois uma precisão.

Mais tarde uma rectificação.

Finalmente aparece uma entrevista cuidadosamente conduzida, durante a qual tudo é declarado «limpinho», essa curiosa unidade portuguesa de auditoria patrimonial.

O poder discricionário raramente começa com um golpe de Estado. Começa com pequenos privilégios morais.

Começa quando um governante acredita que merece menos perguntas do que um cidadão comum.

Continua quando familiares, amigos ou colaboradores julgam que o incómodo provocado por uma investigação lhes concede o direito de reagir contra quem pergunta.

Consolida-se quando os partidos relativizam o comportamento dos seus porque os adversários já fizeram igual ou pior.

E triunfa quando a população, cansada, conclui que todos são iguais e que nada vale a pena.



# Blogue Fragmentos do Caos



*A verdade nasce onde o pensamento é livre.*

## A presunção de inocência não é um certificado de opacidade

Não afirmamos que o ministro favoreceu um empreiteiro.

Não afirmamos que ordenou qualquer perseguição.

Não afirmamos que as obras privadas foram pagas irregularmente.

Afirmamos algo mais elementar: as circunstâncias conhecidas justificam escrutínio público, transparência documental e investigação séria de qualquer alegada intimidação de jornalistas.

A presunção de inocência protege o cidadão de condenações sem prova. Não transforma um responsável político numa criatura imune a perguntas.

Um ministro pode estar juridicamente inocente e ser politicamente imprudente. Pode não ter praticado crime algum e, ainda assim, ter criado uma aparência de conflito de interesses que deve esclarecer integralmente.

A ética pública começa muitas vezes onde termina o Código Penal.

# Blogue Fragmentos do Caos



*A verdade nasce onde o pensamento é livre.*

Pode dirigir polícias, assinar despachos, controlar estruturas do Estado e movimentar contratos de milhões, mas fica emocionalmente devastada quando uma jornalista pergunta quem contratou, quanto custou e quem pagou uma obra.

Então ameaça-se com processos.

Invoca-se a família.

Atacam-se as motivações da imprensa.

Questiona-se a honra de quem pergunta.

Tudo, menos responder de forma completa.

*Quem ocupa um cargo público não oferece transparência como um favor. Deve-a à República.*

## | A República não é uma quinta

A democracia não se mede apenas pela realização periódica de eleições.

Mede-se pela capacidade de o poder suportar perguntas sem intimidar, perseguir, desacreditar ou esmagar quem as faz.

# Blogue Fragmentos do Caos



*A verdade nasce onde o pensamento é livre.*

E os jornalistas não são intrusos que possam ser enxotados quando chegam demasiado perto de uma contradição.

Uma democracia que teme perguntas já começou a desistir de si própria.

Uma democracia que relativiza a intimidação de jornalistas começa a transformar a autoridade em medo.

E um país onde o poder acredita que tudo pode deixa lentamente de ser uma República.

Passa a ser uma quinta.

Uma vasta quinta cercada por muros institucionais, guardada por cumplicidades e cultivada pelos rendeiros da canalhocracia.

---

***Francisco Gonçalves***

*Fragmentos do Caos, 2026*

# Blogue Fragmentos do Caos



*A verdade nasce onde o pensamento é livre.*

- [contratos com a PJ antecederam relação pessoal com empreiteiro](#) .
3. RTP Notícias, Julho de 2026, [«MAI rejeita favorecimentos em contratos da PJ»](#) .
  4. Diário de Notícias, 12 de Julho de 2026, [«Luís Neves quebra silêncio sobre polémica com empreiteiro: “Hoje faria diferente, mas está tudo limpinho”](#) » .
  5. NOW, 10 de Julho de 2026, [«Obras em casa de ministro em investigação»](#) . Intervenção de Felícia Cabrita sobre a investigação realizada.
  6. Assembleia da República, [Constituição da República Portuguesa, artigo 38.º](#) . Liberdade de imprensa e meios de comunicação social.
  7. Diário da República, [Lei de Imprensa](#) . Direito de informar, de se informar e de ser informado.
  8. Diário da República, [Estatuto do Jornalista](#) .
  9. Conselho da Europa, [Recomendação CM/Rec\(2016\)4 sobre a protecção do jornalismo e a segurança dos jornalistas](#) .
  10. Repórteres Sem Fronteiras, 30 de Abril de 2026, [«2026 World Press Freedom Index: press freedom at a 25-year low»](#) .

Este texto é uma crónica de opinião baseada em informação pública disponível até 13 de Julho de 2026. As alegações referidas deverão ser investigadas pelas autoridades competentes. Todos os visados beneficiam da presunção de inocência e dos direitos de resposta e rectificação previstos na lei.